



TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017

Com a coordenação de

Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TÍTULO

Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha

COORDENADORES

Maria da Graça Simões
Maria Manuel Borges

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-75-1

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/isko2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CEIS 20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PROJETO UID/HIS/00460/2013



A FUNÇÃO DO REGISTRO DE AUTORIDADE DE ASSUNTO NA CONSTRUÇÃO E USO DE LINGUAGENS DE INDEXAÇÃO PARA CATÁLOGOS ONLINE

Mariângela Spotti Lopes Fujita¹, Luciana Beatriz Piovezan², Natany de Souza dos Santos³

¹Professora titular; Universidade Estadual Paulista-Unesp, 0000-0002-8239-7114, fujita@marilia.unesp.br

²Doutoranda em Ciência da Informação; Universidade Estadual Paulista – Unesp, nanipiovezan@gmail.com,

³Graduada em Biblioteconomia; Universidade Estadual Paulista – Unesp, souza.nthy@yahoo.com.br

RESUMO Considerando a importância do controle de vocabulário para as atividades de organização e representação do conhecimento em catálogos online, materializado no uso de linguagens de indexação no processo de indexação de assuntos, discute-se a construção de linguagens de indexação contemplando a formalização dos termos autorizados por meio do registro de autoridade de assunto, segundo o formato MARC autoridades. Com a proposta de verificar a composição do registro de autoridade de assunto, o objetivo da pesquisa é investigar quais funções estes registros realizam na construção e uso de linguagens de indexação em catálogos online. Conclui-se que a construção da linguagem de indexação com o uso do recurso do registro de autoridade de assunto é adequada e coerente na medida em que pretende assegurar a qualidade do controle de vocabulário e a mediação do processo de pesquisa em catálogos online pretendidas pelos sistemas de organização do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE *Linguagem de indexação, controle de vocabulário, registro de autoridade de assunto.*

ABSTRACT Vocabulary control in knowledge organization and representation for online catalogs using indexing languages in the subject indexing process is a fundamental requirement. On account of this, this paper presents a discussion on the construction of indexing languages through the formalization of the terms authorized by subject authority records. In order to verify the composition of a subject authority record, a proposal is made to investigate its functions in the construction and use of indexing languages for online catalogs. It is concluded that the construction of an indexing language using subject authority records is adequate and coherent in the sense that this procedure ensures the quality of vocabulary control and the mediation of the research process in the online catalog as required by knowledge organization systems.

KEY WORDS *Indexing language, vocabulary control, subject authority record*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

INTRODUÇÃO

O uso de uma linguagem de indexação adequada e atualizada para a representação dos conceitos significativos de um documento no processo de indexação é essencial para a garantia da recuperação da informação em um sistema. A construção de uma linguagem deste porte é um processo complexo que requer que se respeitem os princípios teóricos estabelecidos na literatura de Organização do Conhecimento (Campos, 2001, Dodebei, 2002, Currás, 2005, Moreira & Moura, 2006, Pereira & Bufrem, 2005) e que seja norteado pelas diretivas estabelecidas nas normas internacionais de construção (International Organization for Standardization, 2011).

Entretanto, com os desenvolvimentos tecnológicos ocorridos nas últimas décadas, este processo de construção de linguagens de indexação tem sido facilitado pelo desenvolvimento de softwares que já podem ser interligados às bases de dados bibliográficos e aos catálogos de acesso público. Esse recurso representa não apenas uma vantagem ao profissional de informação, que constrói a linguagem e a utiliza nos processos de tratamento temático, mas também aos usuários que podem ter à sua disposição uma ferramenta integrada que lhe permita efetivamente realizar suas pesquisas com a mediação da linguagem de indexação, realizando buscas de modo mais intuitivo e, assim, obtendo resultados mais condizentes com seus interesses.

Porém, para que estes desenvolvimentos ocorram, um elemento se coloca como chave no processo de construção de linguagens de indexação, o registro de autoridade de assunto. O registro de autoridade de assunto é o responsável pelo controle de vocabulário automático no sistema, ao incluir para cada termo a descrição do seu significado e das relações com outros termos, sejam hierárquicos ou associativos e, com isso realizar adequações e correções automaticamente referentes a cada termo quando de seu uso no campo de assunto do registro bibliográfico no formato MARC21.

Dessa forma, o registro de autoridade de assunto é elemento intrínseco das linguagens de indexação, portanto neste trabalho trataremos dos registros de autoridade de assunto como os registros da linguagem de indexação, ou seja, os registros referentes aos termos que compõem a linguagem de indexação e suas relações.

Nesse sentido, este estudo pretende abordar a composição do registro de autoridade de assunto no formato MARC Autoridades, com objetivo de verificar sua função na construção de linguagens de indexação em catálogos online e sua importância na visualização da linguagem de indexação pelo usuário que consulta o catálogo. Para tanto, iniciaremos apresentando a concepção de linguagem de indexação como instrumento de organização do conhecimento que explicita as relações entre conceitos constituindo-se em uma ferramenta para a representação e a recuperação da informação.

LINGUAGENS DE INDEXAÇÃO PARA CATÁLOGOS ONLINE

As linguagens de indexação são instrumentos de controle de vocabulário que objetivam a representação e a recuperação de informação, utilizados na indexação, para explicitar o conteúdo de documentos e representá-los em sistemas de recuperação da informação, e na expressão das necessidades de pesquisa de usuários, para formulação de estratégias de busca.

A construção das linguagens de indexação tem por fundamento os princípios teóricos e metodológicos provenientes da literatura sobre Linguística, Terminologia, Teoria do Conceito, Teoria da Classificação e Recuperação da Informação.

O processo de construção das linguagens de indexação também é guiado pelas diretrizes estabelecidas pelas normas internacionais de construção, cuja evolução levou às atuais ANSI/NISO Z39.19 *Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies* (American National Standards Institute/ National Information Standards Organization, 2005) no contexto norte-americano e a ISO 25964 *Information and documentation: part 1: thesauri and interoperability with other vocabularies* (2011) e *Information and documentation – thesauri and interoperability with other vocabularies - part 2: Interoperability with other vocabularies* (2013).

A construção e uso de linguagens de indexação tem por objetivos o controle de vocabulário, no que tange à eliminação da ambiguidade, controle de sinonímia presentes na linguagem natural e a normalização das variações de gênero e número; oferecer auxílio ao indexador na seleção de termos que melhor representem o assunto dos documentos; a mediação entre o conhecimento armazenado em sistemas e os usuários e facilitar a seleção de termos para formulação de estratégias de busca.

Para atingir a estes objetivos, além da seleção e normalização dos conceitos, são estabelecidas relações de tipo lógico-hierárquicas, tais como as relações de gênero/espécie e todo/parte e relações semânticas, tais como as relações de equivalência e associativas.

A linguagem de indexação que melhor desenvolveu-se com relação à sua estrutura e funções e que se considera mais adequada para a representação e recuperação da informação dotada de precisão e relevância nos catálogos online é o tesouro (Cervantes & Fujita, 2012). O tesouro é compreendido no âmbito da norma ISO 25964 como um “vocabulário controlado e estruturado no qual conceitos são representados por termos, organizados para que as relações entre conceitos sejam feitas explícitas e termos preferidos estejam acompanhados por entradas para sinônimos ou quase-sinônimos” (International Organization for Standardization, 2011, p. 12, tradução nossa). Considera-se o tesouro como uma linguagem de indexação cuja prerrogativa é a sua composição que destaca as relações existentes entre conceitos e termos.

Esta concepção de tesouro está baseada na abordagem teórico-metodológica denominada de “abordagem conceitual” que enfatiza a relação entre a teoria do conceito de Dahlberg (1978) e a teoria da classificação, especialmente a herança de Ranganathan, para a construção de tesouros (Campos & Gomes, 2006).

Neste processo, a abordagem conceitual de construção do tesouro conceitual adota como unidade de trabalho o conceito e não o assunto - como nos cabeçalhos de assunto, ou o termo - como no tesouro documental. Para Dahlberg (1978) o conceito é entendido como “unidades de conhecimento, identificadas por meio de enunciados verdadeiros acerca de determinado objeto e representadas por uma forma verbal”. A abordagem conceitual pressupõe, portanto, o conceito como elemento central da linguagem de indexação, de onde se estabelece a partir do objeto/referente o melhor correspondente para sua designação, na forma do termo, e também as relações entre conceitos e termos. Ao abordar esta questão com relação à norma ISO 25964 (2011), Dextre Clarke e Zeng (2012) afirmam que por conceito e designação serem inseparáveis, o único modo de um tesouro apresentar sua listagem alfabética de conceitos é com o uso de termos, o que torna inevitável o uso de termos em um tesouro, ou seja, um tesouro irá conter conceitos e termos que os designam.

REGISTRO DE AUTORIDADE DE ASSUNTO: ANTECEDENTES E PERSPECTIVAS

Para compreender a função do registro de autoridade de assunto na construção de linguagens de indexação, é preciso recuperar o seu contexto de desenvolvimento no âmbito da catalogação descritiva e de assunto.

O processo de criação de registros de autoridades, pautados nos princípios do controle de autoridade, remonta aos primórdios da padronização do trabalho bibliotecário, em que eram registrados em fichas construídas manualmente. De acordo com Campos (2003) o controle de autoridade tem como objetivos a validação do trabalho do catalogador, percebido pela qualidade do catálogo, por meio da criação e manutenção de registros de autoridade e a garantia do acesso à informação consistente e confiável.

Esse processo de controle de autoridade encontrou solo fértil para seu desenvolvimento com o avanço do uso das tecnologias de informação nos ambientes de bibliotecas. Na visão de Campos (2003), o registro de autoridade tornou-se elemento obrigatório nos catálogos online, pois se conecta aos registros bibliográficos e é a partir das autoridades que se dá o processo de consulta à base de dados do catálogo, assim como, da disposição dos resultados pertinentes.

A preocupação com a normalização e a orientação à criação de registros de autoridade padronizados tem estado presente nas discussões da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) com a constituição de grupos de trabalho voltados a estes temas, o que teve como resultados a publicação das *Guidelines for Authority and References Entries* (GARE) em 1984, atualizada em 2001 como *Guidelines for Authority Records and References* (GARR), e refletida na composição dos formatos de metadados de autoridade, como o *United International Machine Readable Cataloging* (UNIMARC) (Llanes Padrón, Bastos & Fujita, 2014).

Nesse contexto, hoje os pontos de acesso por assuntos em geral são construídos a partir da criação de um registro de autoridade de assunto por meio de um arquivo de autoridade em formato *Machine Readable Cataloging* - MARC21.

Dentre os avanços ocorridos no campo da construção de registro de autoridade de assunto deve-se dar destaque à publicação em 2010 do modelo conceitual *Functional Requirements for Subject Authority Data* (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto – FRSAD), que vem a fazer parte do que se tem denominado “Família FRBR”, já composta pelo próprio *Functional Requirements for Bibliographic Records* (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR) e cuja primeira expansão, no que tange às formas autorizadas de nome, havia tomado forma no modelo conceitual *Functional Requirements for Authority Data* (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade – FRAD).

Nesse cenário, o modelo FRBR define três grupos de entidades, sendo que o primeiro grupo trata daquilo que é descrito no registro bibliográfico, ou seja, os próprios documentos, e é abordado no FRBR; o segundo grupo aborda as entidades responsáveis pelo conteúdo do documento e é abordado no modelo FRAD; o terceiro grupo, composto pelas entidades *thema* e *nomen*, é abordado no modelo FRSAD, enfocando as tarefas de representação temática da informação (International Federation of Library Associations and Institutions, 2010).

O modelo conceitual FRSAD pode ser considerado uma tendência na representação dos assuntos de documentos em catálogos, tendo como objetivos “prover uma compreensão clara e compartilhada das informações que os dados de autoridade assunto devem fornecer para corresponder às necessidades dos usuários” e o uso e compartilhamento de dados de autoridade de assunto (Melo & Brascher, 2014, p. 109).

O REGISTRO DE AUTORIDADE DE ASSUNTO: COMPOSIÇÃO E APLICAÇÃO

Segundo MARC21 (2005), o registro de autoridade consiste no estabelecimento de formas padronizadas de nomes (pessoais, corporativos, eventos, jurisdição, título uniforme, combinações nome/título) e assuntos (termos tópicos, nomes geográficos, nomes com subdivisão de assunto, termos e subdivisão de assunto), sendo ambos usados como pontos de acesso, ao padronizarem as entradas principais e secundárias no registro bibliográfico com o termo nome para entrada principal e secundária e o termo assunto no catálogo online construído por meio de software de gestão e manutenção de catálogos, como por exemplo, o Aleph, Pergamum, Sophia e outros.

Os pontos de acesso por assunto “[...] são constituídos por termos (palavra ou grupo de palavras) que representam o documento. Por eles serem padronizados permitem que a representação da informação seja feita de maneira consistente” (Martinho, 2010, p. 57). Ou seja, por meio de um registro de autoridade de assunto pode-se estabelecer a forma padronizada dos pontos de acesso por assunto selecionados na indexação para representação no registro bibliográfico.

O registro de autoridade de assunto é composto por indicações de relações e notas de escopo, e tem quatro funções principais, fornecer o termo de assunto autorizado ou referir ao termo autorizado, indicar se um termo pode ou não ser subdividido geograficamente, fornecer uma nota de escopo, quando houver necessidade de explicar a cobertura a que o termo se aplica, e indicar relações entre termos (Fujita & Santos, 2016). Em seguida, apresenta-se exemplo de registro de autoridade de assunto de termo tópico da ferramenta *Classification Web* da *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) em formato de ficha terminológica simples e registro MARC.

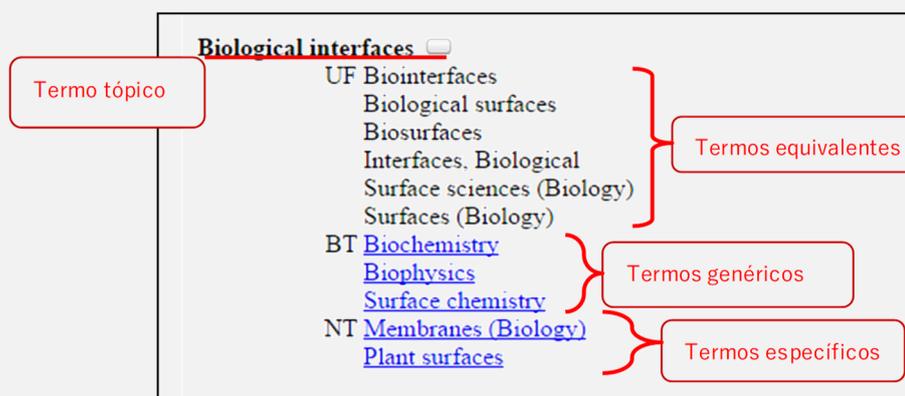


Figura 1 - Registro de autoridade em ficha terminológica simples

The screenshot shows a MARC subject record for 'Biological interfaces'. The record includes fields for ID, Entered, Replaced, and various control numbers. The main body of the record lists MARC fields 010 through 675. Annotations in red boxes and arrows identify specific fields: 'Termo tópico' points to field 150, 'Termos equivalentes' points to fields 450, and 'Termos genéricos' points to fields 550.

Field	Value	Annotation
010	\$a sh 86004344	
035	\$a (DLC)sh 86004344	
035	\$a (DLC)148871	
040	\$a DLC \$c DLC \$d DLC	
150	\$a Biological interfaces	Termo tópico
450	\$a Biointerfaces	Termos equivalentes
450	\$a Biological surfaces	
450	\$a Biosurfaces	
450	\$a Interfaces, Biological	
450	\$a Surface sciences (Biology)	Termos genéricos
450	\$a Surfaces (Biology)	
550	\$w g \$a Biochemistry	
550	\$w g \$a Biophysics	
550	\$w g \$a Surface chemistry	
670	\$a Work cat. : Institute of Basic Medical Sciences. Interaction of cells with natural and foreign surfaces, 1986.	
670	\$a McGraw-Hill dict. life sci. \$b (Interface)	
670	\$a Biol. horizons in surface science, 1973.	
670	\$a Jones. Biological interfaces, 1975.	
670	\$a LC data base, 6/18/86 \$b (Biological interfaces. Biosurfaces. Biological surfaces)	
675	\$a Web. 3; \$a Henderson. Dict. sci. terms	

Figura 2 - Registro de autoridade em registro MARC

A função de um registro de autoridade em um sistema de informação é estabelecer a forma autorizada do assunto principal chamado de cabeçalho (ou de termo tópico ou assunto tópico, compõe o campo MARC 150 do registro de autoridades) de um documento, e também as formas não autorizadas, ou seja, que não são estabelecidas como assunto principal, mas que podem ser considerados como termos equivalentes (chamados de remissivas e são dispostos no campo MARC 450 do registro de autoridades) e fazer a conexão entre a busca do usuário e a recuperação da informação, para que o usuário não tenha que pensar em uma sucessão de possíveis termos relacionados ao documento buscado. O usuário não precisa buscar necessariamente o termo principal, pois o sistema apura tanto o principal quanto as remissivas; se um usuário pesquisa um assunto que é uma remissiva, o sistema vai rastrear o termo tópico no qual a remissiva está registrada, sendo interligado diretamente com o registro bibliográfico, pois o campo 150 do registro de autoridade é o equivalente ao campo MARC 650 (Assunto – termo tópico) do registro bibliográfico, que contém o termo de indexação.

Outro tipo de relação entre termos que é indicado no registro de autoridade de assunto é o de termo genérico/termo específico, em que é indicada a posição do termo na hierarquia de assuntos. Um termo genérico é indicado no campo MARC 550 do registro de autoridades, dispondo-se o código *g* no subcampo *w*. Como esta relação é recíproca, o sistema deve ser apto a incluir a relação inversa automaticamente. Este tipo de relação entre termos é útil ao catalogador, na decisão sobre qual termo de assunto indicar como ponto de acesso a um documento, bem como ao usuário, que poderá navegar pela hierarquia de termos para decidir qual assunto é mais relevante ao seu interesse.

Também se indica no registro de autoridade a relação entre termos relacionados, ou termos associados, que conecta dois termos que possuem alguma conexão diferente das relações anteriores (de equivalência e de hierarquia). Esta relação também é indicada no campo MARC 550 subcampo *a* do registro de autoridades.

DISCUSSÃO SOBRE O REGISTRO DE AUTORIDADE NA CONSTRUÇÃO E USO DE LINGUAGEM DE INDEXAÇÃO

O controle de vocabulário é um ponto de sensível importância para a prática da representação da informação no que se refere à compatibilização das ocorrências linguísticas que se encontram em um sistema de informação, manifestada pelos discursos de autores, indexadores e usuários. As linguagens de indexação sejam tesouros, taxonomias, ontologias – são considerados Sistemas de Organização do Conhecimento com o propósito definido de desempenhar funções de controle de vocabulário, embasando os processos de organização e representação do conhecimento (Melo & Brascher, 2014).

A construção e atualização de linguagens de indexação realizadas por meio de softwares específicos com possibilidade de integração aos softwares de gestão de catálogos online permitirão a intermediação com os registros de autoridade que se articularão aos registros bibliográficos para realizar um contínuo trabalho de controle, correção e atualização linguística. Para isso, a construção de registros de autoridade de assunto tem importância pela representação sintática e semântica de cada termo na linguagem de indexação e de sua interligação aos registros bibliográficos, pois como afirma Martins (2013) será por meio desta ferramenta que os indexadores irão alimentar e organizar continuamente todos os registros bibliográficos que compõem as bases de dados dos catálogos online.

Tratamos do uso concomitante de softwares específicos para a construção e atualização de linguagens de indexação com o software de gestão do catálogo tendo em vista que nem todos os softwares de gestão de acervos bibliográficos possuem as funcionalidades requeridas para atender às necessidades de gestão de tesouros, que demandam, por exemplo, o estabelecimento das relações padrão entre termos e conceito, bem como a criação de novos tipos de relações; a gestão do fluxo dos termos (desde sua condição como termo candidato); a importação e exportação completa ou parcialmente da linguagem; a visualização da linguagem em sua estrutura hierárquica, entre outras. Exemplo desse caso é o software Aleph utilizado nos maiores sistemas de bibliotecas universitárias do Brasil e na plataforma Periódicos CAPES.

A integração das linguagens de indexação com os sistemas de recuperação da informação por meio do estabelecimento dos registros de autoridade de assunto também colabora com a realização das pesquisas pelos usuários. Isto, em razão de a linguagem de indexação possuir seu vocabulário e relações sintáticas, semânticas e lógico-hierárquicas representadas por meio de registros de autoridade em um arquivo de autoridades, com visibilidade amigável ao usuário para que este conheça e consulte essa linguagem de indexação ao fazer suas pesquisas no catálogo online.

No entanto, a linguagem de indexação será acionada para realização de consultas, mesmo que o usuário não opte por consultá-la previamente, tendo em vista estar contida no próprio sistema de gerenciamento do catálogo, o que garante a mediação da pesquisa do usuário pela linguagem. De acordo com Martins (2013, p. 108) os metadados incluídos nos arquivos de autoridade “reproduzem todos os dados relativos aos cabeçalhos e subcabeçalhos, relacionando-os com os registros bibliográficos, o que do ponto de vista do acesso temático, permite dirigir o usuário dos seus próprios termos para os existentes no sistema, ou sugerir termos alternativos de pesquisa”.

Compreende-se que para instituições que já se utilizam dos registros bibliográficos em formatos de metadados padronizados, tais como o MARC21, a construção e manutenção da linguagem de indexação com o uso deste recurso se vê como adequada e coerente.

Para a qualidade do controle de vocabulário há que se mencionar a vantagem de que, depois de criados os registros de autoridade de assuntos, o sistema de gestão da base de dados irá proceder à interligação com o catálogo bibliográfico, importando e utilizando o termo autorizado. Havendo a necessidade de atualização ou correção do termo, a manipulação do registro de autoridade de assunto implicará na correção simultânea de quaisquer registros bibliográficos em que este termo tenha sido empregado (Martins, 2013). Função que ocorrerá caso a linguagem seja construída *a priori* e os registros bibliográficos indexados com esta linguagem. Caso a linguagem seja adotada *a posteriori* é necessária a reindexação do acervo para que esta possa garantir a qualidade da indexação. Tais operações dependem do trabalho contínuo de organização e representação da linguagem de indexação em registros de autoridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se o exposto, compreendemos que a construção e uso de linguagens de indexação e sua interligação com as bases de dados bibliográficas e com os catálogos online muito se beneficia com o uso de formas padronizadas de apresentação de metadados e que, portanto, deve ser feita privilegiando a composição dos registros de autoridade de assunto.

Quanto aos desenvolvimentos dos formatos de manipulação dos dados de autoridade, no sentido dos modelos conceituais referidos previamente, compreende-se que os principais elementos das linguagens de indexação são os conceitos, os termos e as relações que se estabelecem entre eles, que também se encontram presentes no modelo FRSAD, evidenciando que sua proposta pode se adequar às diferentes linguagens de indexação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American National Standards Institute/ National Information Standards Organization Z39.19-2005. (2005) Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda, Maryland: NISO Press.

Campos, F. M. (2003). *Controle de autoridade: novos contextos e soluções*. Lisboa: Biblioteca Nacional. Obtido de: <http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/12manha/controlodeautoridade.doc>

Campos, M. L. de A. (2001). *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói: UFF.

Campos, M. L. de A. & GOMES, H. E. (2006). Metodologia de elaboração do tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 11(3), 348-359.

Cervantes, B.M.N. & Fujita, M. S. L. (2012). Uma perspectiva diacrônica de parâmetros e modelos de construção de tesouros. // Cervantes, B. M. N. (Org.). Horizontes da organização da informação e do conhecimento. Londrina: EDUEL. v. 1, p. 1-18.

Currás, E. (2005). *Ontologías, taxonomía y tesauros: manual de construcción y uso*. 3.ed.atual.ampl. Gijón: Ediciones TREA. 337 p.

Dahlberg, I. (1978). Teoria do conceito. *Ciência da informação*, 7(2).

Dextre Clarke, S. G., Zeng, M. L. (2012). From ISO 2788 to ISO 25964: the Evolution of thesaurus standard towards interoperability and data modeling. // *Information Standards Quarterly*, 24(1), 20-26.

DIRECTRICES para registros de autoridad y referencias. (2001). 2 ed. rev. por el Grupo de Trabajo de la IFLA para la Revisión de las GARE. Obtido de: <<http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/garr/garr-es.pdf>>.

Dobedei, V. L. D. (2002). *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência. 120p.

Fujita, M. S. L. & Santos, L. B. P. dos. (2016). A estrutura lógico-hierárquica de linguagens de indexação utilizadas por bibliotecas universitárias. *Scire: representación y organización del conocimiento*, 22(2), 37-46.

International Organization for Standardization. (2011). ISO/FDIS 25964-1: Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval. Geneva: International Organization for Standardization. 2011.

International Organization for Standardization. (2013). ISO/FDIS 25964-2: Information and documentation – thesauri and interoperability with other vocabularies - part 2: Interoperability with other vocabularies. Geneva: International Organization for Standardization. 2013.

Llanes Padrón, D., Fujita, M. S. L., & Bastos, F. M. (2014). Os registros de autoridade em sistemas de informação: uma perspectiva biblioteconômica e arquivística. *Enancib*, 15.

MARC 21: formato condensado para dados de autoridade. (2005). Tradução e adaptação de Margarida M. Ferreira. Marília: FUNDEPE.

Martinho, N. O. (2010). A dimensão teórica e metodológica da catalogação de assunto. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2010.

Martins, M. C. B. (2013). *Indexação e controlo da terminologia em bibliotecas do ensino superior politécnico em Portugal: o sistema no Instituto Politécnico de Portalegre*. Salamanca: Universidad de Salamanca. Obtido de: <http://hdl.handle.net/10400.26/7171>

Melo, M. A. F., & Bräscher, M. (2014). Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD): entidades, atributos e relacionamentos. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 12(2), 102-119.

Moreira, M. P.; Moura, M. A. (2006). Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI – Tesouro em Ciência da Informação. *DataGramZero: Revista em Ciência da Informação*, 7(4), ago.

Pereira, E. C.; Bufrem, L. S. (2005). Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, 20.

REQUISITOS Funcionales para Datos de Autoridad de Materia (FRSAD). Grupo de Trabajo de IFLA sobre los Requisitos Funcionales para Registros de Autoridad de Materia (FRSAR). Obtido de: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frsad/frsad-final-report-es.pdf>